mentos do agregado familiar que exerçam uma actividade profissional remunerada.

3 — Em caso de dúvida, poderá a Câmara Municipal solicitar ao candidato quaisquer documentos supervenientes que se reputem necessários a uma correcta decisão do pedido.

Artigo 5.º

Análise da candidatura

1 — O processo de candidatura é sujeito a parecer técnico pela Divisão de Acção Social da Câmara Municipal e a superior autorização do presidente da Câmara Municipal, vereador ou dirigente municipal com competência delegada.

2 — A decisão será comunicada ao candidato nos 10 dias subsequentes à tomada de decisão.

3 — A emissão ou renovação do cartão é gratuita, sendo efectuada no Gabinete de Apoio ao Múncipe.

Artigo 6.º

Cartão Municipal do Idoso

1 — O Cartão Municipal do Idoso é pessoal e intransmissível.

2 — Apenas poderá ser atribuído um único cartão por beneficiário.

3 — Só após a emissão do Cartão Municipal do Idoso é que o beneficiário tem direito aos apoios previstos no presente Regulamento.

4 — O Cartão Municipal do Idoso tem a validade de dois anos a partir da data da sua emissão, sendo renovável mediante a apresentação dos documentos necessários à comprovação de que as condições referidas no presente Regulamento se mantêm inalteráveis para o efeito.

Artigo 7.º

Formas de apoio

1 — Os titulares do Cartão Municipal do Idoso beneficiam dos seguintes apoios concedidos pela Câmara Municipal:

- a) Desconto de 50 % nas piscinas municipais;
- b) Descontos em estabelecimentos comerciais e de restauração que celebrem acordos de cooperação com a Câmara Municipal;
- c) Desconto de 50 % em todos os espectáculos promovidos pela Câmara Municipal no Teatro Ribeiragrandense;
- d) Acesso com desconto a outras iniciativas culturais, recreativas e desportivas promovidas pela autarquia, em condições a definir em cada programa;
- e) Prioridade no atendimento em quaisquer serviços da autarquia;
- f) Quaisquer outros benefícios expressamente reconhecidos por deliberação tomada pela Câmara Municipal.

2 — Os titulares do Cartão Municipal do Idoso beneficiam igualmente dos seguintes apoios concedidos pela Câmara Municipal, quando não integrados em agregado familiar, quando tenham um rendimento máximo mensal que não ultrapasse o valor do salário mínimo nacional ou que, integrando um agregado familiar, a média dos rendimentos não ultrapasse aquele valor:

- a) Desconto de 50 % no pagamento da tarifa de consumo de água para fins domésticos, até 7 m³ (1.º escalão) e desde que possuam o contador em seu nome há mais de um ano;
- b) Desconto de 50 % no pagamento da tarifa de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos domésticos;
- c) Desconto de 50 % no pagamento da tarifa de disponibilidade de saneamento e de utilização do consumo de água domésticos.

3 — O reconhecimento dos benefícios previstos nos números anteriores do presente artigo ficam dependentes de prévia exibição do cartão pelo seu titular.

Artigo 8.º

Obrigações dos beneficiários

1 — Constituem obrigações dos beneficiários:

- a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da Ribeira Grande da mudança de residência, bem como de todas as circunstâncias que alterem a sua situação económica;
- b) Não permitir a utilização por terceiros;
- c) Informar a Câmara Municipal da Ribeira Grande sobre a perda, furto ou extravio do Cartão.

2 — A responsabilidade do titular só cessará após comunicação por escrito da ocorrência.

3 — Se após a comunicação referente à alínea c) do n.º 1 o beneficiário encontrar o Cartão, deve fazer prova da sua titularidade, sob pena de o mesmo ser anulado.

Artigo 9.º

Cessação do direito

1 — Constituem causa de cessação do direito de utilização do Cartão Municipal do Idoso, nomeadamente:

- a) As falsas declarações para obtenção do Cartão;
- b) A não apresentação da documentação solicitada pelos serviços;
- c) O recebimento de outro benefício ou subsídio, não eventual, concedido por outra instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se for dado conhecimento à Câmara Municipal e esta, ponderadas as circunstâncias, considerar justificada a acumulação;
- d) A alteração de residência para fora do concelho;
- e) A transferência do recenseamento eleitoral para outro concelho.

2 — A fraude ou o incumprimento do presente Regulamento tem as seguintes consequências:

- a) Anulação imediata do Cartão Municipal do Idoso e perda da qualidade de beneficiário;
- b) Devolução dos valores correspondentes aos benefícios obtidos;
- c) Interdição, por um período de três anos, de qualquer apoio da autarquia.

Artigo 10.º

Responsabilidade civil e criminal

A aplicação das sanções referidas no presente Regulamento não isenta o infractor de eventual responsabilidade civil ou criminal emergente dos factos praticados.

Artigo 11.º

Dúvidas, omissões e lacunas

As dúvidas, omissões ou lacunas que surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Artigo 12.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

Edital n.º 929/2007

Ricardo José Moniz da Silva, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, torna público que, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo e para efeitos do disposto no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, está patente para apreciação pública e recolha de sugestões, na Secção de Expediente desta Câmara Municipal, a proposta da quarta alteração ao Código de Posturas Municipais de Trânsito do Concelho da Ribeira Grande — capítulo VI «Freguesia de Ribeira Seca» em conformidade com a versão constante do documento anexo.

O período de consulta e de exposição do referido Regulamento é de 30 dias úteis a contar da data da sua publicação, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços onde se encontra exposto.

Mais faz saber que os interessados deverão apresentar as suas observações ou sugestões ao referido Regulamento, por escrito, nos Serviços de Expediente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, sendo as mesmas dirigidas ao presidente da Câmara Municipal.

16 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ricardo José Moniz da Silva*.

Quarta alteração ao Código de Posturas Municipais de Trânsito do Concelho da Ribeira Grande

Nota justificativa

Desde a última alteração feita ao capítulo VI «Freguesia de Ribeira Seca» do Código de Posturas Municipais de Trânsito do Concelho da Ribeira Grande, sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 19 de Dezembro de 2006, posteriormente publicado na 2.ª série do *Jornal Oficial* a 16 de Janeiro de 2007, a actual Comissão de Trânsito considerou ser necessário proceder a algumas alterações e ajustamentos ao referido capítulo, no seguimento de propostas apre-

sentadas pela Junta e Assembleia de Freguesia de Ribeira Seca, passando o referido capítulo a ter a seguinte redacção:

«CAPÍTULO VI

Freguesia de Ribeira Seca

Artigo 30.º

Condicionamento da velocidade

No cruzamento da Avenida de São Pedro com a Rua do Saco condicionar-se-á o trânsito através de semáforos com sistema de detecção de excesso de velocidade.

Artigo 31.º

Prioridade

As ruas seguintes têm prioridade sobre as que com elas cruzam e convergem:

- a) Rua Mourato;
- b) Rua do Dr. Hermano Mota;
- c) Rua Direita de Cima;
- d) Rua Direita de Baixo;
- e) Avenida de São Pedro;
- f) Rua da Quietação;
- g) Largo de São Pedro;
- h) Rua Nova.

Artigo 32.º

Sentido proibido

1 — É proibida a circulação no sentido nascente/poente nas seguintes vias:

- a) Rua Mourato a partir da rotunda da Alameda de 29 de Junho, excepto para cargas e descargas, até ao número de polícia 76;
- b) Rua do Engenheiro Arantes de Oliveira entre a Rua do Padre António Rocha e a Rua do Dr. Hermano Mota.

2 — É proibida a circulação no sentido sul/norte nas seguintes vias:

- a) Rua da Madre Teresa da Anunciada;
- b) Rua do Saco;
- c) Rua Direita de Cima entre a Rua da Quietação e a Rua da Saudade, excepto transportes colectivos de passageiros;
- d) Rua Direita de Baixo entre a Travessa de Bernardo Manuel Silveira Estrela e o Largo de São Pedro, excepto transportes colectivos de passageiros, havendo para o efeito semáforos que detectam a descida de veículos em sentido contrário;
- e) Canada de Jacinto Vendeiro.

3 — É proibida a circulação no sentido norte/sul nas seguintes vias:

- a) Rua do Dr. Hermano Mota entre o Canto da Fonte e a Rua das Cavalhadas.

4 — É proibida a circulação no sentido poente/nascente na Rua do Balcão.

Artigo 33.º

Outras restrições à circulação

1 — Na Rua da Quietação é proibido virar à esquerda no 1.º entroncamento com a Rua de Manuel Aguiar Luís.

2 — É proibida a circulação de veículos pesados, com peso bruto superior a 6,5 t, excepto quando efectuem cargas e descargas, nas seguintes vias:

- a) Rua do Engenheiro Arantes Oliveira;
- b) Rua do Dr. Hermano Mota, com excepção de transportes colectivos de passageiros;
- c) Rua da Madre Teresa;
- d) Rua das Cavalhadas, com excepção de transportes colectivos de passageiros;
- e) Caminho da Mafoma, com excepção de transportes colectivos de passageiros;
- f) Rua Nova, com excepção de transportes colectivos de passageiros;
- g) Rua da Mãe de Deus;
- h) Rua da Quietação;
- i) Rua Direita de Cima, com excepção de transportes colectivos de passageiros;
- j) Rua da Saudade, com excepção de transportes colectivos de passageiros;

k) Rua Direita de Baixo, com excepção de transportes colectivos de passageiros;

l) Rua da Saúde, com excepção de transportes colectivos de passageiros;

m) Rua Mourato, com excepção de transportes colectivos de passageiros;

n) Rua do Saco;

o) Canada de Jacinto Vendeiro.

3 — Na Avenida de São Pedro é proibido virar à direita no 2.º entroncamento com a Rua de João Paulo II.

4 — Aos veículos utilizados em serviços de emergência e pelas corporações de bombeiros não se aplicam as restrições dos números anteriores.

Artigo 34.º

Restrições de estacionamento

1 — É proibido o estacionamento no sentido sul/norte nas seguintes vias:

- a) Rua do Dr. Hermano Mota, entre o n.º 123 de polícia e o cruzamento com a Rua das Cavalhadas;
- b) Rua de Bernardo Manuel Silveira Estrela, entre os n.ºs 39 e 01 de polícia;
- c) Rua Mourato, entre os n.ºs 14 e 16, 30 e 32 e 48 e 56 de polícia;
- d) Rua do Bandejo, entre o número de polícia 4 e o número de polícia 36.

2 — É proibido o estacionamento no sentido norte/sul nas seguintes vias:

- a) Rua do Dr. Hermano Mota, a partir do n.º 154 e 174 de polícia;
- b) Rua da Mãe de Deus, entre o número de polícia 21 e o número de polícia 31.

3 — É proibido o estacionamento no adro da Igreja Paroquial, excepto por motivos de serviço religioso.

4 — É proibido estacionar e parar nas zonas identificadas com linhas amarelas contínuas.

Artigo 35.º

Parques de estacionamento

São estabelecidos os seguintes parques de estacionamento:

- a) Na Alameda de 29 de Junho, ao lado do estádio municipal;
- b) Na Rua da Saudade, no início da artéria no sentido nascente/poente, dos lados direito e esquerdo;
- c) Na Rua de Bernardo Manuel Silveira Estrela, próximo do cruzamento com a Rua dos Lagos, do Balcão e Travessa da Rua de Bernardo Manuel da Silveira Estrela;
- d) Na Rua do Padre António Rocha, junto à Escola Madre Teresa da Anunciada.»

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

Edital n.º 930/2007

Inquérito administrativo

Manuel Rito Alves, presidente da Câmara Municipal de Sabugal, torna público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 223.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, que se procede, pela secretária desta Câmara Municipal de Sabugal, ao inquérito administrativo relativo à empreitada de pavimentação de arruamentos em Santo Estêvão, de que foi empreiteiro A. L. Gomes & Almeida, L.ª, com sede na Calçada de Santo Antão, 6320 Sortelha, pelo que durante os 15 dias que decorrem desde a data da afixação destes éditos e mais 8, poderão os interessados apresentar na Secretaria desta Câmara Municipal, por escrito e devidamente fundamentadas e documentadas, quaisquer reclamações, por falta de pagamento de ordenados, salários e materiais, ou indemnizações a que se julguem com direito e, bem assim, o preço de quaisquer trabalhos que o empreiteiro haja mandado executar por terceiros.

Não serão consideradas as reclamações apresentadas fora do prazo acima estabelecido.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do estilo.

E eu, Ana Maria Carvalheira Ferreira, assistente administrativa especialista, da Câmara Municipal do Sabugal, o subscrevi.

16 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, Manuel Rito Alves.